

3. PALESTRAS DA SEMANA DOS MUSEUS DA UFPEL 2020

3.1. UM MUSEU PARA TODOS: A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE

Desirée Nobre Salasar

Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural

Professora Substituta do Curso de Terapia Ocupacional

Universidade Federal de Pelotas

Antes de falar especificamente sobre o programa de acessibilidade, é importante lembrar que cultura é um direito de todas as pessoas, tenham elas deficiência ou não. Existem diversos marcos legais internacionais que asseguram os direitos culturais¹. Em âmbito nacional entre os processos regulatórios, destacam-se aqui dois: a Constituição Federal (artigo 215) e a Lei Brasileira de Inclusão (artigo 42).

No Brasil, o conceito de acessibilidade cultural é entendido como o exercício da cidadania cultural, ou seja, estar em ambiente não garante de fato o acesso a ele. É preciso que a pessoa consiga participar, produzir, se expressar. Para tal, se faz necessário buscar a implementação das sete dimensões de acessibilidade² nos mais diversos contextos, incluindo os ambientes culturais, para que as pessoas com deficiência tenham igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Desta forma, há dois conceitos que são importantes e que devemos pontuar quando falamos em acessibilidade e antes de implementar qualquer recurso dentro do ambiente cultural: capacitismo e assistencialismo.

O capacitismo é o termo utilizado para descrever o preconceito contra a pessoa com deficiência, em decorrência da deficiência dela. Assim, acaba gerando uma hierarquia entre a pessoa que não tem deficiência (que para o capacitismo é considerada uma pessoa “normal”) e a pessoa com deficiência (que sempre será aquela que busca a superação para a “normalidade”).

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2006).

2. Acessibilidade Programática, Acessibilidade Arquitetônica, Acessibilidade Comunicacional, Acessibilidade Metodológica, Acessibilidade Metodológica, Acessibilidade Atitudinal e Acessibilidade Web.

Ações capacitistas possuem caráter preconceituoso, que geram discriminação e hierarquizam as questões das deficiências, ou seja, inferiorizam a pessoa com deficiência (PcD). Situações capacitistas apontam a PcD como uma pessoa com menos potencialidade, ou trazem discursos de superação.

É fundamental refletirmos sobre estas situações, pois elas evidenciam o desconhecimento das pessoas que a acessibilidade é um direito e não um favor. Destaco aqui que só é possível superar algo que não existe e se não existe é porque não tem acessibilidade. Então, temos que dar a devida atenção às nossas falas, aos termos que utilizamos, as nossas ações, para que não corroboremos com a disseminação do capacitismo, gerando mais barreiras de acesso, reforçando estigmas e preconceitos em relação às pessoas com deficiência.

Durante um longo período da nossa história ocidental, as pessoas com deficiência estiveram alijadas do usufruto cultural, não tendo participação ativa na vida cultural. Após a década de oitenta, quando o movimento de luta das pessoas com deficiência começou a dar visibilidade para esta parcela da população e a ONU promulgou o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981) se começa uma discussão acerca de um novo modelo, o Modelo Social da Deficiência, onde os ambientes devem estar preparados para receber estes públicos também.

Entretanto, embora houvesse uma grande movimentação positiva, ainda havia muitas ações assistencialistas, ou seja, atitudes em que a acessibilidade era vista como um favor. Situações como estas ainda ocorrem nos dias de hoje, quando vemos a colocação de uma rampa ou um banheiro adaptado, por exemplo, como um favor, e não como uma garantia de direitos.

Desta forma, precisamos sempre ter cuidado com as ações que vamos desenvolver, para que elas não sejam capacitistas e para não termos um olhar assistencialista. O olhar da inclusão, da democratização do acesso, do exercício da cidadania cultural é entender que a cultura é um direito e, por isso, os ambientes devem estar preparados para receber e incluir os mais diversos públicos, inclusive as pessoas com deficiência.

Feita esta breve introdução, vamos ao nosso assunto principal: os museus!

No site institucional do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), podemos encontrar a definição a seguir:

museu é um lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha.

Destaco três palavras dessa definição que são chave para discutimos a inclusão dentro desses ambientes culturais: sensações, fascinante e partilha.

Ao pensar nos museus em que já visitou, pense nas sensações que ele provocou em você. O que descobriu e aprendeu dentro dele? Foram experiências singulares que só eu tive ou foram coletivas?

Para desenvolver o programa de acessibilidade é importante que a equipe do museu faça estas reflexões. Qual é a sensação que este museu está provocando? O que conseguimos descobrir? Temos uma experiência que será ao mesmo tempo coletiva e singular? Como afetar o outro? Como me deixar ser afetado? Nessa troca, é fundamental afetar e deixar ser afetado. Assim, estamos falando de estar mais próximo um do outro, possuindo esse espaço, tornando-o seu também. Quando pensamos em inclusão é isso que queremos, tornar o nosso espaço, um espaço agradável para o outro. Um espaço que podemos ter todos juntos uma grande partilha de múltiplas sensações.

No Brasil, o Estatuto dos Museus, regido pela Lei 11.904 de 2009, trata da universalização do acesso. Assim, perguntamos: O museu está em consonância com essa universalização do acesso, com essa democratização do acesso, desse exercício da cidadania, valorização dessa diversidade cultural? Não está? O que precisamos fazer para trazer esses novos pontos? Onde que está o problema, na gestão ou alguns determinados setores?

Por exemplo, um grande museu tem um determinado setor trabalhando com a acessibilidade, mas a gestão não está sensibilizada para essa questão. Assim, será necessário buscar estratégias que façam o trabalho com a acessibilidade seja transversal dentro da instituição e, então, refletir o que está sendo feito e projetado em face do surgimento de novos públicos.

Observamos uma movimentação, que desde os anos 1980, começa a se ter uma maior participação da pessoa com deficiência na sociedade e a partir dos anos 2000 uma movimentação mais efetiva dentro dos museus. Ao receber esses novos públicos, quais são as ações, as estratégias e recursos que precisamos para termos de fato a efetivação do acesso cultural para essas pessoas? Quando falo na inclusão é fundamental lembrar que a inclusão não é somente voltada para a pessoa com deficiência. Precisamos lembrar que a nossa sociedade é plural, temos uma diversidade imensa, seja de crianças, adultos, idosos, pessoas com deficiência. Também é importante lembrar que as pessoas com deficiência não são um bloco homogêneo. Temos múltiplas deficiências, que podem ser intelectuais, físicas, motoras, sensoriais, entre outras.

Os princípios dos museus, trazidos no Estatuto dos Museus são: a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural, a questão da cidadania e da dignidade humana. Em seu Artigo 35, o Estatuto diz que “os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal de diferentes públicos, na forma da

legislação vigente”. Se olharmos atentamente para o Estatuto dos Museus, ele não fala em nenhum momento, de maneira específica, da inclusão da pessoa com deficiência, mas fala em universalização do acesso, em acessibilidade universal, acesso para os mais diversos públicos, incluindo desta forma as PcD. Também há uma Instrução Normativa do *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*³, que trata da acessibilidade dos prédios tombados, que devem garantir “condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação”. É super importante lembrar que os museus do Ibram são, em sua grande maioria, tombados como patrimônio histórico, então, se tem essa dualidade entre o tombamento e a acessibilidade, mas isso está ainda muito vinculado a acessibilidade arquitetônica e vamos ver que não é somente com o quesito arquitetônico que temos que nos preocupar. Temos, ainda, outros seis tipos de acessibilidade para pensar.

O próprio Estatuto dos Museus dispõe sobre o Programa de Acessibilidade no Plano Museológico:

os projetos e as ações relativas à acessibilidade universal nos museus deverão ser explicitados em todos os programas integrantes do Plano Museológico ou em programa específico resultado de agrupamento ou desmembramento (BRASIL, 2009).

Entretanto, cabe ressaltar que este item foi acrescentado aos programas do Plano Museológico apenas após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão. Desta forma, temos um período de 2009 até 2015 onde não se tinha a obrigatoriedade do Programa de Acessibilidade integrar este importante documento de planejamento estratégico dos museus.

A Lei Brasileira de Inclusão⁴ trata em seu Artigo 42 do acesso à cultura, e diferente das legislações anteriores e do próprio Estatuto dos Museus, aponta que o acesso à cultura deve ser em igualdades de oportunidades com as demais pessoas.

Portanto, para que os museus recebam públicos com deficiência, buscando a igualdade de oportunidades, como nos fala a legislação, é fundamental que se tenha um planejamento estratégico desenvolvido. Este é o Programa de Acessibilidade.

Mas afinal, que documento é esse? Quais são os passos que devemos seguir para o desenvolvimento desse documento? O primeiro passo é fazer um diagnóstico da situação atual de acessibilidade no museu. Existem vários instrumentos que são utilizados, de acordo com os objetivos a serem atingidos, vários também são os profissionais que estão capacitados para fazer esse diagnóstico. Hoje em dia há até

3. Instrução Normativa nº 1 de 2003.

4. Lei 13.146 de 2015.

a possibilidade de fazer um diagnóstico online⁵. Entretanto, é fundamental lembrar que a acessibilidade é uma área interdisciplinar, ou seja, quanto maior o número de áreas do conhecimento conversando juntas, melhor será a efetivação do acesso. Assim, é indicado que esse programa seja desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, incluindo um profissional da área da acessibilidade.

Por exemplo, na Universidade Federal de Pelotas, coordeno um projeto de extensão⁶, vinculado à Rede de Museus e à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, que tem por objetivo o desenvolvimento do Programa de Acessibilidade dos nossos museus. Assim, a equipe do museu, que já é multidisciplinar, se integra a equipe do projeto de extensão para que possamos construir juntos este documento.

É preciso sempre ter respeito pela história da instituição. Não adianta chegarmos em um museu que já tenha 50 anos impondo adaptações e novas ações. “Bom, agora vamos pensar acessibilidade que vai ser dessa forma e vocês vão ter que pensar assim”. Não! Temos que entender que é uma instituição que já tem a sua história e que deve ser respeitada. Em algumas situações vai haver limitações em relação a implementação da acessibilidade e aí precisaremos buscar outras estratégias para acessibilizar esse conteúdo, esse espaço.

Outro passo é delimitar (ou não) um público-alvo específico para o Programa de Acessibilidade. Quando falo de delimitação de público é pensar “bom, quais são os tipos de recursos que ofereceremos?” Nesse primeiro momento, de repente, não temos recursos orçamentários e uma equipe multidisciplinar para produzir os recursos de audiodescrição, legendagem, libras e peças táteis. Não será possível atingir todos os públicos, então, nesse primeiro momento, será melhor elencar um público, vamos supor, trabalharemos com recursos apenas para pessoas com deficiência visual. Com isso, vamos estipular metas, estratégias para serem cumpridas e conforme os recursos forem implementados, vai se ampliando o público-alvo e elencando novas metas.

Após a delimitação do público, é preciso pensar os recursos inclusivos, quais são os recursos que vão se utilizar. Se vão ser recursos de audioguia? QR Code? Serão peças originais que serão disponibilizadas ao toque ou réplicas? Essas réplicas serão de um material aproximado do original ou serão impressos em 3D? Existe um mundo a ser pensado sobre os recursos, de acordo com o público que queremos atingir.

5. A Direção Geral do Patrimônio Cultural de Portugal em parceria com o Observatório Ibero-americano de Museus, da Ibermuseus, desenvolveram um aplicativo que permite aos usuários fazer um auto diagnóstico de acessibilidade. Para mais informações, acessar: <http://www.ibermuseos.org/pt/acoes/observatorio-ibero-americano-de-museus/ferramenta-de-autodiagnostico-de-acessibilidade-em-museus/>

6. Um museu para todos: programas de acessibilidade.

É fundamental pensarmos, também, em um plano de evacuação de emergência para pessoas com deficiência. Recentemente tivemos o episódio trágico do incêndio no Museu Nacional, onde tivemos a “sorte” do ocorrido não ser um horário em que o museu estivesse aberto ao público, desta forma não foi registrada nenhuma vítima nessa tragédia. Este fato apontou uma grande limitação dos museus brasileiros, evidenciando que muitos não têm plano de evacuação de emergência, nem equipamentos para tal situação. Assim, em conjunto com o desenvolvimento do plano de evacuação de emergência, é preciso que se pense também na evacuação de emergência das pessoas com deficiência, tendo em vista as especificidades deste público e a utilização dos recursos de tecnologia assistiva. Porque dependendo do tamanho da instituição, não há o controle das pessoas que estão lá dentro, em quais salas estão e como conseguiriam escapar de tal situação sem maiores intercorrências. Por isso é preciso planejar como será essa evacuação, a saída de emergência e preparar a equipe para garantir a segurança de todas as pessoas, sejam elas visitantes ou trabalhadores do local. Este é um item importante que deve estar no Programa de Acessibilidade.

É fundamental, mesmo que a equipe tenha uma bagagem enorme, sempre que se for construir um documento de acessibilidade ou um recurso inclusivo, ter a presença de uma pessoa com deficiência na equipe, ou contratar um consultor do público-alvo. Se os recursos são voltados para deficiência intelectual, então, teremos um consultor com deficiência intelectual. Recursos para deficiência visual, consultores com deficiência visual. Por que? Porque temos desde o movimento das pessoas com deficiência o lema do “nada sobre nós, sem nós”, ou seja, não adianta eu ser a melhor especialista da área, a minha vivência é completamente diferente da pessoa com deficiência, pelo simples fato de eu não ser uma pessoa com deficiência. O trabalho do consultor com deficiência deve ser sempre junto a equipe que está construindo o Programa de Acessibilidade e os recursos. O consultor com deficiência é uma peça fundamental. Sem ele, corremos o risco de ter um recurso inclusivo que não será funcional, ou seja, não alcançará o seu objetivo.

Mas voltemos ao diagnóstico de acessibilidade, e vamos pensar nas sete dimensões de acessibilidade. No diagnóstico, se deve elencar: quais são as barreiras arquitetônicas do museu, levando em consideração os espaços internos e externos da instituição. Existe algum acesso sensorial ou não? Como está dado o acesso intelectual? Como se dá o acesso econômico? Lembrando que pessoas com deficiência, em sua grande maioria, são pessoas em situação de vulnerabilidade social⁷. Como o museu chega a essas pessoas? Como estas pessoas chegam até o museu?

É preciso oportunizar às pessoas com deficiência a garantia do acesso às esferas das decisões. Quando temos, por exemplo, um recurso de acessibilidade que foi

7. Dorneles et al. (2018).

colocado dentro de uma exposição, e se temos a presença de um consultor e ele diz que aquele recurso não está sendo funcional, o museu vai aceitar ou não essa decisão de trocar recursos ou melhorá-lo? Esse acesso à esfera das decisões é a participação efetiva da pessoa com deficiência na construção de um museu mais inclusivo.

Deve se pensar como se dá o acesso à informação. Como a informação do museu está chegando aos mais diversos públicos. O acesso atitudinal, as atitudes e postura da equipe do museu para a inclusão. E como se dá o acesso a esse site? Percebam que nesse diagnóstico já tem muitas coisas que devem ser visualizadas antes de se pensar efetivamente em um documento de acessibilidade. No momento em que fazemos o diagnóstico vamos permear todas as áreas de acessibilidade para poder entender melhor essa instituição, suas limitações e suas potencialidades.

Esse documento precisa ter três eixos. O primeiro eixo é teórico, voltado para os aspectos conceituais do museu. Depois temos dois eixos objetivos, que serão questões referentes ao acervo do museu, como se dará o acesso ao acervo, quais serão os recursos utilizados para que se tenha essa garantia de acesso. Também as questões referentes ao ambiente físico e virtual do museu.

O Programa de Acessibilidade é o documento que vai garantir a continuidade das ações de acessibilidade, para além de ações pontuais, pois trará metas e prazos para serem cumpridos. Algumas pessoas defendem da questão do Programa de Acessibilidade estar diluído no Plano Museológico. Concordo, mas em partes. Acredito sim que ele esteja transversal ao Plano Museológico, na missão, nos valores, nos objetivos e permeia algumas ações nos outros programas, mas defendo que precisamos ainda do básico, estamos engatinhando em algumas áreas e a acessibilidade ainda precisa ser muito discutida, precisamos lutar muito pelo exercício da cidadania cultural. Defendo que dentro do Plano Museológico o espaço do Programa de Acessibilidade seja pontuado, para garantir que esse programa seja cumprido com suas metas, e que ele possa ter continuidade, indo além de determinados setores do museu. Sem um documento específico, com as trocas de gestões ou aposentadorias de servidores ligados a pauta, pode acontecer do trabalho de acessibilidade ficar para trás, por não ser uma política institucional e/ou estar ligado somente a um setor ou determinada pessoa.

No momento que temos um documento que trará essas metas e esses prazos para serem cumpridos, há uma garantia da continuidade desse trabalho a ser desenvolvido, pois será uma normativa institucional.

Ainda sobre a transversalização das questões de acessibilidade no Plano Museológico, cabe deixar destacada qual a visão de acessibilidade que o museu irá adotar. Optar-se-ão por ações acessíveis ou ações inclusivas? Há uma diferença conceitual entre elas. As inclusivas são aquelas atividades, ações e programas que incluem pessoas com e sem deficiência participando juntas, seja em igualdade de

oportunidades ou em equidade. As ações acessíveis são mais voltadas apenas para o público-alvo.

A seguir, elencar os recursos de Tecnologia Assistiva que o museu vai oferecer ou buscar oferecer. Quais serão os recursos? Por exemplo, colocar como uma meta para um ano o desenvolvimento de roteiros de audiodescrição de duas peças e para o ano seguinte, quatro peças audiodescritas e a implementação destes roteiros na exposição de longa duração através do recurso de QR Code.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, os recursos de tecnologia assistiva “são recursos, serviços e estratégias que contribuem proporcionar ou ampliar habilidades funcionais e conseqüentemente promover a vida independente e inclusão” da pessoa com deficiência. Esses recursos podem ser tanto de alta tecnologia, com um custo mais alto, quanto de baixa tecnologia, com um custo mais baixo. Por exemplo, um mapa tátil que destaca o percurso do trilho podotátil, com legendas produzidas com tinta visual e em braile, esse é um recurso caro de alta tecnologia. Mas podemos ter recursos de baixo custo, por exemplo, uma fotografia colocada em um expositor acompanhada de audiodescrição por QR Code.

Comentando o que eu já tinha pontuado antes, a acessibilidade dentro do ambiente museal deve ser transversal, ou seja, deve passar por todos os setores do museu, desde a direção até a portaria. A pessoa que vai ter esse primeiro contato, recebendo os visitantes, o pessoal da limpeza, todos esses devem estar sensibilizados para as questões de acessibilidade, pois assim conseguimos garantir que as ações inclusivas vão estar de fato acontecendo e chegando a todos os públicos. Por que isso é importante? Porque às vezes temos equipes maravilhosas e preparadas no setor de educação, mas por outro lado, por exemplo, a equipe da recepção, que não foi sensibilizada. Por desconhecimento, pode acontecer da pessoa que não foi sensibilizada passar a ideia errada das ações que estão acontecendo no museu, pode ter um ação capacitista e desencadear uma ação preconceituosa. Por isso, a importância de sensibilizar todos os setores do museu, assim todos os servidores e trabalhadores estarão em consonância com a visão de acessibilidade do ambiente.

No que tange às exposições, a primeira barreira sobre a qual devemos refletir diz respeito ao olhar atento para as expografias. Pensar como nos comunicar. Olhar para as nossas exposições e observar: o que podemos melhorar aqui? O que podemos fazer para que um texto chegue ao maior número de pessoas possível? E aqui não me refiro apenas à inclusão de pessoas com deficiência, mas também outros públicos que não são especialistas naquele tema que está exposto. Para a comunicação nos museus, uso como principal referência, Maria Vlachou, que pergunta: De quem para quem?

Penso frequentemente que os painéis e as legendas nos museus de arte ou de história são incapazes de transmitir paixão, maravilha, alegria, orgulho,

tristeza, desespero, entusiasmo; de falar com as pessoas sobre outras pessoas; de criar empatia, a necessidade de ler mais, de descobrir mais. A linguagem é normalmente seca, acadêmica, factual, incompreensível – estou certa – para uma série (talvez a maioria?) de visitantes (VLACHOU, 2014, s.p.).

Assim, quando temos, por exemplo, legendas que possuem apenas o nome da obra, o ano em que foi feita, e a qual acervo pertence, elas não comunicam uma paixão, não transmitem a riqueza daquele objeto. Que comunicação é essa? Para quem estamos comunicando? O que queremos de fato comunicar? Essas questões do devem ser pensadas também quando tratamos da inclusão de novos públicos dentro do museu.

Citando a Viviane Sarraf (2015), que também aborda a comunicação dentro dos museus, na quais temos uma comunicação vertical, ou seja, intelectualizada, que às vezes surgem das origens da instituição. Quando temos uma comunicação que é feita através dos sentidos, que é multissensorial, acabamos tendo uma comunicação horizontal, que proporcionará vivências que vão ir além do intelecto da pessoa, vão proporcionar sensações que serão fascinantes e de partilha.

Corroborando com estas autoras, Montagu diz que “Tocar significa comunicar, tornar-se parte, possuir. Tudo que eu toco se torna parte de mim, eu possuo” (1988, p. 365). A importância dessa comunicação no momento que eu toco é que vou possuir aquele objeto, vai se tornar parte de mim, me proporcionará uma experiência diferente se eu não tivesse tocado. Seja no objeto original, seja réplica. Esse toque é uma forma de comunicação, então, proporcionar esse toque dentro do museu é fundamental para essa comunicação horizontal.

Em relação à acessibilidade atitudinal é importante destacar que não somos todos iguais. Muitas pessoas ainda falam “somos todos iguais”. Não! Nós não somos. Somos todos diferentes e são as nossas diferenças que nos potencializam, já dizia Bauman. Com as nossas diferenças aprendemos mais sobre o outro, sobre nós mesmos. Temos que entender, nós somos diferentes, mas temos, sim, direitos iguais. Esses direitos devem ser em igualdade de oportunidades para todos. Quando vamos elencar ações de acessibilidade atitudinal dentro do Programa de Acessibilidade, por exemplo, o programa de capacitação da equipe, pensar ações de sensibilização para as deficiências, ação de protagonismo da pessoa com deficiência dentro desses espaços. Estas são alguns exemplos de ações que podem integrar o item de acessibilidade atitudinal do programa.

Com relação a acessibilidade comunicacional temos que pensar estratégias para a eliminação de barreiras de comunicação. A barreira de comunicação tanto é entre as pessoas, quanto entre uma pessoa e o ambiente museal.

A acessibilidade instrumental é pensar quais serão os instrumentos que estão previstos para efetivar o acesso da fruição da pessoa com deficiência. Um exemplo de acessibilidade instrumental é o uso de audioguia ou vídeo guia. O audioguia com audiodescrição é voltado, principalmente, para a pessoa com deficiência visual, mas não só, porque para os normovisuais também auxilia no entendimento da obra. E o videoguia em Libras para garantir o acesso para a comunidade surda.

No que tange à acessibilidade metodológica deve se pensar quais serão os métodos adotados pela equipe do museu para efetivar a fruição da pessoa com deficiência? Serão visitas guiadas? Atividades orientadas? Vão ter mediadores com deficiência fazendo as mediações? É importante também pensar nesses métodos para nos aproximarmos desses novos públicos.

Para a acessibilidade arquitetônica temos a Normativa 9050 (NBR 9050), vigente no Brasil. Entretanto, cabe destacar que antes de verificar o acesso arquitetônico aos espaços internos do museu, é preciso verificar se há percursos acessíveis que possibilitam o acesso ao entorno do museu. Pensar nos espaços de transporte urbano, como chegamos do espaço do transporte urbano até o museu, por exemplo, da parada de ônibus até a entrada do museu existe um percurso acessível? Caso não exista, como ele pode ser acessibilizado? Existe um estacionamento privativo para a pessoa com deficiência próximo a entrada do museu? Existem rampas de acesso? Sinalização desse prédio, das obras, das salas? Como se dá essa sinalização? Os espaços são amplos ou não? Existem banheiros adaptados? Ele é unissex ou tem um feminino e outro masculino? O banheiro adaptado tem espaço para o fraldário? Se tem, é no masculino e no feminino ou só em um deles? Possui *Changing Places*? Que é justamente pensar nas pessoas com deficiência adolescentes e adultas, e nos idosos que precisam fazer a sua troca de roupa. Muitos utilizam fraldas e precisam fazer a troca, porém não dispõem deste espaço para fazê-la. O *Changing Place* é um espaço que tem uma maca e que possibilita que a pessoa, ou o acompanhante se for o caso, possa fazer a troca de suas roupas ou de sua fralda. Pensar o elevador, os desníveis dentro da exposição, a iluminação, se vai ser uma iluminação direcionada ou não. Pensar no mobiliário ergonômico. Todas estas questões estão ligadas ao acesso físico do museu.

Encaminhando para o final, é preciso lembrar também da dimensão de acessibilidade web. Se o site do museu é um site acessível, acessável ou inacessível? Ele é acessível se permite a pessoa com um leitor de tela tenha acesso a todos espaços do site, a todas as imagens, a audiodescrição, aos ícones, etc. Ele é acessável se a pessoa consegue acessar com autonomia, mas não consegue acessar a todos os espaços de informações. Pensar se esse site está sendo colocado para qual público? O conteúdo do site está de fato sendo pertinente com tudo que está ocorrendo no museu? Às vezes, os museus têm várias ações acontecendo, mas os sites não estão atualizados, fazendo com que se percam muitas informações importantes. Colocar informações

sobre ter ou não um Programa de Acessibilidade, sobre ter uma equipe trabalhando com esse programa. É fundamental colocar no site as ações inclusivas que o museu está desenvolvendo.

Dentro do Programa de Acessibilidade destaca-se ainda, a possibilidade de colocar algum planejamento de atividades inclusivas do setor de educação do museu. Pensar se serão realizadas ações de sensibilização ou de mediação, se será voltada para determinados públicos como, por exemplo, pessoas surdas. Se será feita com um educador surdo, isso também é importante ser colocado dentro do planejamento.

Por fim, entendo que trabalhar com acessibilidade é ter a consciência que o trabalho nunca está finalizado, que precisamos melhorar cada vez mais, pois todos os dias os recursos estão se ampliando e novas possibilidades estão surgindo. A cada dia surgem mais pesquisas na área, descobrindo novas formas de acesso. O trabalho com acessibilidade está em constante andamento.

Referências

BRASIL. **Lei 11.904**. Estatuto dos museus. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. **Lei 13.146**. Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

DORNELES, Patricia; CARVALHO, Claudia Reinoso Araújo de; SILVA, Ana Cecília Chaves; MEFANO, Vania. Direito cultural e a pessoa com deficiência. **Revista de Políticas Públicas**, v.2, n.1, p. 137-154, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria normativa nº 1 de 5 de julho de 2006**. Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências.

MONTAGU, A. **Tocar**: o significado humano da pele. 5 ed. São Paulo. Summus; 1988.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em espaços culturais**: mediação e comunicação sensorial. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2015.

VLACHOU, Maria. **Musing of culture**. Mostrem-me as pessoas. Disponível em: <http://musingonculture-pt.blogspot.com/2014/04/mostrem-me-as-pessoas.html>. Acesso em: 4 mar. 2020.